

EFEITOS DA MUNICIPALIZAÇÃO

O Governo do Estado quer acabar com o Ensino Fundamental nas escolas estaduais, transferindo esta responsabilidade para os municípios. O que isto significa?

1. Passar para o município um dos serviços públicos mais caros, com aumento das despesas dos municípios incompatível com suas receitas. Os municípios terão aumento de gastos com transporte escolar, manutenção das escolas, merenda e folha de pagamento;
2. Muitos municípios já gastam quase a totalidade do FUNDEB com o pagamento de professores; o FUNDEB não significou aumento real dos recursos, ao contrário, se o número de estudantes atendidos pelo Fundo aumentou de 30 milhões para 47 milhões, com a inclusão dos alunos da Educação Infantil e do ensino médio, representando um acréscimo de 56,6%, as verbas passaram de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões (36,6% a mais);
3. Aumenta a instabilidade profissional; os professores sem turma perderão a regência e o prêmio educar e, se a situação perdurar até a aposentadoria, correm o risco de se aposentar sem regência;
4. A maioria dos municípios não possui propostas curriculares e nem Plano de Carreira. Como será resolvida a situação de um professor com direito à licença prêmio, por exemplo? Os prefeitos respeitarão os direitos dos professores?
5. A municipalização aposta na divisão da nossa categoria; seu objetivo é inviabilizar as lutas. A escola ficará dividida em caso de greve ou de uma mobilização mais intensa;
6. A interferência política no processo pedagógico é mais presente no município, já que o poder é local. O assistencialismo, clientelismo e troca de favores deverão aumentar. Corre-se o risco de a contratação de professores pelo município ser de acordo com a cor partidária e não experiência ou competência do profissional;
7. É impossível a mudança da rede de ensino sem concurso público. Os professores do Estado permanecerão no Estado; haverá na mesma escola, pessoas com a mesma função, com a mesma qualificação, mas com salários diferentes;
8. Os municípios com fôlego financeiro e com boa estrutura pedagógica e estrutural podem sofrer alteração, visto que com o aumento da demanda, aumentarão as despesas na manutenção estrutural, pedagógica e de pessoal.

Como evitar a municipalização:

- Participar das atividades organizadas pelo SINTE/SC;
- Organizar comissões de pais, alunos e professores para pressionar as autoridades municipais e estaduais a não aceitarem a municipalização;
- Evitar, no recadastramento, a passagem dos alunos da rede estadual para os municípios, em outubro;
- Propor audiências e debates nas Câmaras de Vereadores, solicitando moções contrárias à municipalização.
- Garantir a matrícula nas escolas estaduais para todas as séries do Ensino Fundamental. Se a direção da escola ou a Gered não permitirem a matrícula, denunciar na Promotoria Pública do município.